

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-12-2017.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Gilson Padeiro, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 290/17 (Processo nº 2638/17), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 184 e 321/17 (Processos nºs 1581 e 2918/17, respectivamente), de autoria de Moisés Maluco do Bem; o Projeto de Lei do Legislativo nº 342/17 (Processo nº 3045/17), de autoria de Ricardo Gomes. Também, foi apregoado o Ofício nº 1904/17, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 258/16 (Processo nº 2571/16). A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, solicitando que o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17 (Processo nº 2066/17) deixasse de tramitar em regime de urgência, por dezesseis votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Luciano Marcantônio, Rodrigo Maroni, Moisés Barboza, Tarciso Flecha Negra e Ricardo Gomes, em votação nominal solicitada por Luciano Marcantônio, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Interesses Particulares do dia dezoito ao dia vinte de dezembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Cláudio Conceição, informando-lhe que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando a alteração de seu nome parlamentar para Moisés Barboza. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Paulinho Motorista, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia onze de dezembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Moisés Barboza, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Mauro

Zacher, Cláudio Janta e Dr. Thiago. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando renovação da votação do Requerimento de autoria de Dr. Thiago anteriormente aprovado, solicitando que o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17 deixasse de tramitar em regime de urgência. Em continuidade, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, Luciano Marcantônio formulou Requerimento verbal solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, o qual, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Dr. Thiago, foi encerrada a Ordem do Dia. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e cinco minutos às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 313/17 e o Projeto de Lei do Executivo nº 026/17, este discutido por Adeli Sell, Valter Nagelstein, André Carús, Marcelo Sgarbossa e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta minutos às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Durante a Sessão, Dr. Thiago e João Bosco Vaz manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Valter Nagelstein e Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO (Requerimento): Eu, juntamente com diversos Vereadores, solicito a retirada do regime de urgência do PLCE nº 011/17, para que o projeto não vá hoje para a Reunião Conjunta das Comissões. (Pausa.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, nós construímos, baseados no parecer do Ver. Airto Ferronato e também em uma convocação da Reunião Conjunta, através do Ver. Mendes Ribeiro, uma autoconvocação de Reunião Conjunta para tratar do projeto que traduz aquilo que os funcionários e que o Governo pretendem em relação aos funcionários para o dia de hoje.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Eu peço aos municipais que respeitem o Vereador que está na tribuna, por favor.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Hoje nós temos que respeitar um rito que foi construído. A própria oposição, há 30 dias, acelerou esse processo e fez um requerimento, se não me engano. O Ver. Dr. Thiago fez um requerimento, no mês passado, para votar esse projeto em Regime de Urgência. Eu não estava na Casa, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Ver. Cassio Trogildo, também não estava na Casa, e esse requerimento foi aprovado no plenário. Este plenário aprovou o Regime de Urgência, com os votos da oposição e dos independentes, alguns, para este projeto ser votado. Respeitando esse Regime de Urgência, o Relator do projeto, escolhido na ocasião pelo Presidente da Câmara, o Ver. Valter Nagelstein, foi o Ver. Airto Ferronato, deu seu parecer. Chegando o parecer na Casa, o Ver. Mendes Ribeiro, Presidente da CCJ, cumpriu seu dever regimental, convocando aqui uma Reunião Conjunta para o dia de hoje, às 14h30min, para tratar desse projeto de despesa de pessoal. Então, nós estamos cumprindo um rito que iniciou pela urgência da oposição, que agora não quer votar. Qual é a coerência da nossa oposição?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Ver. Luciano Marcantônio, o seu tempo está seguro. Vou pedir aos municipais que se encontram nas galerias que façam as suas manifestações depois que o Vereador terminar a sua manifestação, pois será assegurado o tempo dele enquanto ele fizer uso da tribuna.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Ou seja, a oposição não tem coerência nenhuma. Primeiro, faz um requerimento de urgência, contrariando o desejo do Prefeito e dos Vereadores da base aliada; e agora, preocupados em perder a votação, preocupados em sofrer uma derrota, fazem um requerimento ao contrário! Mas isso é falta total de coerência e de respeito com os nossos colegas aqui! Agora nós vamos ser conduzidos, a base aliada e os independentes, pela vontade da oposição? Mas era só o que me faltava! Então, eu vou entregar o meu mandato! A bancada do PMDB... Presidente...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Volto a pedir às senhoras e aos senhores municipais que permitam que o Vereador termine o seu raciocínio.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: A bancada do PTB vai entregar o seu mandato, a bancada do PODE vai entregar o seu mandato, a bancada do PSDB vai entregar o seu mandato, a bancada do PP vai entregar o seu mandato... Eu acho melhor... Eu respeito muito os servidores, mas a forma como... Não foi fácil construir com o Prefeito e com a sua equipe aquilo que vocês mais desejavam em relação a esse projeto, a RDE vai valer exatamente para aquilo que foi o desejo dos municipais – ela vai valer só para o futuro. Isso era uma demanda do Simpa, isso foi acordado com o Prefeito, nós estamos cumprindo aqui hoje! Já veio a Mensagem Retificativa alterando o projeto para que a RDE seja o desejo do Simpa, aquele desejo da oposição, aquele desejo dos que estavam preocupados em perder salário. O Governo Marchezan, atendendo o desejo da maioria, mandou uma Mensagem Retificativa, em que a RDE só vai valer para os futuros municipais. Eu não entendo realmente o que falta para nós compormos aqui na base. E eu não entendo também por que a oposição tem medo disso. Nós queremos qualificar o serviço, nós queremos ter novos concursados com condições de termos a mínima condição de meritocracia para eles. Vocês não vão perder nada, pessoal. Vocês que estão com as costas viradas para esta Casa, que é a Casa do Povo, não vão ter nenhum prejuízo. Agora, os municipais não podem ser assim tão intransigentes, não podem, depois de nós atendermos esse desejo, que era o principal, não tem sentido. Não tem sentido. Eu não sei o que a oposição quer mais em relação ao projeto que nós estamos votando, não sei. Eu sei que eu não vou render o meu mandato ao radicalismo dos municipais. Fico muito triste mesmo com essa postura de vocês de desrespeito à Casa do Povo, que é uma Casa eleita por mais de 1,5 milhão de cidadãos de Porto Alegre, e não por uma parcela que eu respeito, mas uma parcela pequena dos municipais que estão aqui no dia de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 de dezembro ao dia 20 de dezembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Cláudio Conceição, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte – CECE.

O Ver. Moisés Maluco do Bem solicita a substituição do seu nome parlamentar para Ver. Moisés Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Apregoo Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Paulinho Motorista no dia 11 de dezembro de 2017.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, servidores e servidoras, eu quero recordar um pouco mais de 30 dias atrás, aqui nesta tribuna, quando eu me comprometi a dialogar com o Prefeito Marchezan, durante quase 40 dias, para que fosse terminada a greve. Para quem não lembra, eu fui o 19º voto, fiz ligações até as 03 horas da manhã, por parte do Prefeito Marchezan, do Vice Paim e de alguns líderes que não queriam que eu entrasse aqui para ter votado aquele dia. Quero reafirmar que não votei no Prefeito Marchezan e não votarei no Prefeito Marchezan. (Palmas.) Recebi hoje uma comissão de servidores e deixei bastante claro. Prefiro ver algumas caras magoadas do que mentir, porque concordo que, lamentavelmente, isso virou um palco de disputa política, em que os servidores estão no meio desse palco pagando a conta. De um lado tem uma pessoa definida como liberal, eu não tenho nem proximidade com isso, eu fui criado de outra forma. Foi construído um movimento estudantil contra isso. De outro lado tem a disputa por parte da oposição, ou alguém tem dúvida de que, se o projeto fosse favorável aos servidores, vindo do Prefeito Marchezan, o PT e o PSOL votariam favoravelmente? Não votariam, porque é fácil essa condição de estar de um lado. Eu não me senti chacoteado quando o Prefeito Marchezan falou aqui que tinha um monte de parlamentar cagão, sabem por quê? Porque quem tem dúvida de que o parlamento no Brasil é um parlamento cagão? Quem tem dúvida de que os acordos nacionais, lá no Congresso Nacional, são feitos pelo Partido dos Trabalhadores, pelo PSDB e pelo PMDB? Eu votei no Raul Pont, mas tive uma profunda desilusão hoje com a agremiação partidária, porque acho que trai, é como dizer que o Inter vale e o Grêmio não vale; é como dizer que todos os protetores de animais – e eu sou protetor e sou do bem – são do bem e quem não é protetor é do mal. Eu estou falando isso, gente, porque hoje, dialogando com os servidores, eu estava falando sobre isso, Ezequiel. Ser da oposição é fechar a porta. Nós temos um Governo pela frente, de três anos, queira eu, queiram vocês ou não queiram. E a maior certeza que eu tenho – e votei no Raul Pont – é que, no ano que vem, em 2025, em 2030, os servidores vão ter que estar aqui, porque a luta dos servidores é de sempre. Eu era criança e ia com o meu pai lutar com o funcionalismo público. Sabem por quê? Porque, se não é uma coisa, é outra. É todo ano isso. Aí eu quero falar com vocês e dialogar com muita franqueza. Acho que, a partir desta perspectiva – e falei que não vou votarei no Marchezan porque não tenho ele por concepção, mas acredito que é um Governo que nós temos que... Talvez nem ele achasse que ia se eleger, e talvez se eleger num momento pontual, mas eu não tenho esperança em donos da verdade, de salvadores da pátria. E falava isso hoje para os servidores. Não tenho esta ilusão. Mas acho, hoje, gente, que nós temos que dialogar sobre este projeto específico, que dialoga para o futuro. E aí eu quero fazer um acordo com os servidores. Escutem, eu tenho uma proposta. A minha proposta: esta Câmara aqui foi muito tempo feita ou em cima de política, demagogia, ou em troca de cargos, e eu não quero dizer para ninguém aqui que me negue. O PT foi – e eu, inclusive, era do PT, e o Adeli comentava comigo – com 14 Vereadores, até 2004, e ele comentava que,

com mais dois, tinha maioria absoluta. Absoluta. Eu quero dizer isso para a gente não ter ilusão. Ninguém é do bem ou do mal. Cada um faz disputa em cima do que interessa.

Neste último minuto, eu quero fazer uma proposta. Do lado de lá tem numerais que eu não concordo. Se fosse o Raul Pont, se fosse a Luciana Genro, eu seria do Governo, sabe por que, Moisés? Não porque eu sou um Renan Calheiros nem nada. Os meus cargos são mixaria, eu não tenho secretaria, eu não tenho diretoria, mas porque tem opção por diferente, não é dando porrada que tu levas. Inclusive, eu acho que o Prefeito faz isso. Sabe qual a proposta que eu fiz hoje para os servidores? Primeiro, temos que sentar com o Prefeito Marchezan para dialogar em cima do projeto. Segundo, o Prefeito Marchezan, na minha opinião, se eu fosse Prefeito, visitaria todas as repartições, não deixaria em cima de uma negociação com o Sindicato. Iria logo ao servidor mesmo, ouvir o servidor. E terceiro, eu quero a proposta dos servidores para nós sentarmos uma, dez e cinquenta vezes com o servidor, senão o meu mandato não vale de nada. E aí não tem diálogo, eu vou ser da oposição só dando porrada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente, colegas, servidores, todos que nos acompanham neste momento. Em primeiro lugar, eu nunca fiz uso do painel, e queria pedir, inclusive sei que a Bancada do PT vai subir na tribuna para fazer uso da palavra, eu gostaria de saber a opinião da Bancada do PT, da Líder Sofia, sobre esse vídeo. E depois quero saber a opinião de todos aqui sobre isso. (Vaias.) Por favor, se não quiserem ouvir, não tem problema.

(Procede-se à apresentação de vídeo. Falha técnica no som.)

O SR. MOISÉS BARBOZA: Presidente, assegure o meu tempo. (Vaias.) Apesar de o servidor não saber o teor, talvez, do que está dito no vídeo, que é sobre o serviço público, eu queria, sim, saber a opinião dos servidores. Mas, se vocês não ouvirem, vocês não vão poder dar opinião, certo? (Vaias.) Por favor, Presidente, eu gostaria que o pessoal da equipe técnica voltasse o vídeo ao início.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Eu consultei a DL, nós estamos discutindo o requerimento, Vereador.

O SR. MOISÉS BARBOZA: É sobre o requerimento.

(Procede-se à apresentação do vídeo. Falha técnica no som.)

O SR. MOISÉS BARBOZA: Bom, gente, então eu vou dizer para vocês o que o Presidente Lula disse. Ele disse, ali naquele vídeo, que o trabalho mais honesto do mundo é o do político e não o do servidor público. Palavras do Lula. (Vaias.) Então, o que eu estou querendo dizer para vocês é o seguinte, gente, nós precisamos, de uma vez por todas, com a sociedade, dar alguma resposta a ela. Nós, quando eu digo, somos nós, agentes políticos, que temos direitos adquiridos, benefícios; servidores públicos, que eu tenho certeza que uma parte dessa categoria já é favor de não ter a licença-prêmio remunerada, transformando, não? Sobre o Requerimento, quem é aqui a favor do fim da licença-prêmio remunerada de três meses? Ninguém? A sociedade é. E nós temos que enfrentar esse tema. A sociedade não aguenta mais tanto benefício. Nosso benefício, benefício de vocês. Então, nós temos e queremos discutir com a sociedade. Então, agradeço muito aqui o espaço. Mas olhem só, não adianta lotar, se vocês querem continuar só com os benefícios, e nós não enfrentarmos essa discussão, o futuro não é o Marchezan, o futuro da cidade, nós sabemos que não será bom. Era esse o enfrentamento que a gente quer fazer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Boa tarde aos Vereadores, às Vereadoras e a todos que nos assistem, aos funcionários. O que vou dizer para vocês? O meu voto é um voto meu, porque eu sou independente. É um voto, todo voto que eu colocar ali, no painel, é um voto do meu coração. Não é por que A, B ou C veio pedir o meu voto. A minha Comissão não está na Reunião Conjunta, que é a Comissão de Cultura, Esporte e Educação, da qual eu sou o Presidente. Agora, uma coisa eu vi nesta Casa. Esta Casa nunca negou uma Reunião Conjunta, porque o voto é ali, o voto é soberano, o Plenário é soberano. Agora, como eu vou votar no projeto são outros quinhentos. Como eu vou jogar é outra coisa. Agora, a Reunião Conjunta das Comissões é da Casa, assim como eu posso assinar para Vereador fazer homenagem para alguém, mesmo que eu não goste, eu também não tenho esse direito de impedir 36 Vereadores de fazerem a Reunião Conjunta, discutirem. Na hora do voto vocês vão ver quem é com o povo, e quem é Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, voltamos a discutir hoje a situação de votar ou não votar este projeto.

Desde o começo, desde que ele foi protocolado, houve uma série de pedidos de retirada do projeto, e por diversas vezes, em reuniões com os servidores, conversamos, e sempre fui da opinião de que este projeto não deveria ser retirado porque deveria ser votado nesta Casa por este plenário que é soberano e que representa também os 22 a 26 mil servidores públicos municipais, mas representa 1,5 milhão de porto-alegrenses que precisam dos serviços públicos e pagam por eles, e pagam esta conta. Um milhão e meio de porto-alegrenses que não cabem nestas galerias, mas que cabem na representação deste plenário, que é quem deve analisar e votar estes projetos. Desde o começo tenho dito isso. Houve um pedido, o Governo queria esperar para votar o projeto até o fim do ano, quando foi proposto. A oposição se articulou e quis acelerar a votação do projeto para derrotá-lo. Para acelerar, encurtaram a discussão do projeto. Fizeram este pedido de priorização para encurtar o tempo de tramitação e de discussão do projeto para que ele viesse ao plenário. Pedido feito pela oposição. De lá para cá o Governo sustou a tramitação do projeto para que ele pudesse ser discutido como era a intenção original. Veio a Mensagem Retificativa...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Volto a pedir às galerias que respeitem o Vereador quando este estiver na tribuna. Após o pronunciamento, vocês podem se manifestar.

O SR. RICARDO GOMES: Obrigado, Sr. Presidente. Peço o respeito de todos. Veio a Mensagem Retificativa a esta Casa, atendendo o que era a principal reclamação, que era a cessação dos efeitos do art. 37-A, que retirava a RDE, veio, está aqui. Agora é hora de votar o projeto que quer a oposição, retirar o pedido que ela fez para que fosse votado. Retirar a priorização, que ela, a oposição, fez. Por quê? Porque não querem cumprir o que diz a Constituição, que nós aqui, nesta Câmara de Vereadores, votamos os projetos, não querem ouvir 1,5 milhão de porto-alegrenses que estão representados no voto, querem atender apenas as galerias em defesa de seus privilégios.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RICARDO GOMES: Apenas as galerias hão de contar aqui. O cidadão porto-alegrense? E nós vimos, aqui nesta Casa, por diversas vezes, funcionários públicos e Simpa que não respeitam esse plenário virem aqui defender os seus privilégios. Sr. Presidente, peço que garanta o meu tempo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Volto, novamente, a solicitar às galerias, enquanto o Vereador estiver na tribuna, que mantenham silêncio, para nós

mantermos as condições de trabalho que nós precisamos. Então, depois que o Vereador terminar de falar, as galerias podem se manifestar. Por favor, vamos manter o andamento da Sessão.

O SR. RICARDO GOMES: Obrigado, Sr. Presidente. Nada mais simbólico do que o gesto que as galerias fazem de dar as coisas ao plenário. Como eu disse, senhoras e senhores, neste plenário estão representados 1,5 milhão de porto-alegrenses que pagam esses salários e privilégios. Quando viram as costas, estão dando as costas à população de Porto Alegre, estão dando as costas a quem paga a conta, a quem contribui com seus impostos para pagar funcionalismo. A RDE saiu do projeto, a RDE saiu do projeto. O cidadão que trabalha em empresa privada que paga os impostos que garantem os salários não tem licença-prêmio, o cidadão não tem avanços naturais e paga a conta do serviço público. Nós vemos a qualidade que tem hoje os serviços públicos em Porto Alegre, mas as galerias só encham para reclamar salários, as galerias só encham para garantir direitos, nenhum funcionário vem a esta tribuna para defender a qualidade do seu serviço, apenas os seus direitos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Luciano Marcantônio, o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O senhor deverá fazer o requerimento por escrito. Considerando que a diferença foi de dois votos – 16 votos “sim” e 14 votos “não” –, é permitida a renovação de votação, que será feita na próxima Sessão, na quarta-feira.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, queria dizer a vocês, municipais, em nome da oposição, que nós aguentamos as mais variadas barbaridades no período de encaminhamento do requerimento, assinado por todos nós, pelo Thiago, Sofia, Roberto, Mauro, Cassiá, Bosco, desculpa se esqueci de algum Vereador. Porque nós tínhamos a convicção de que a tática do Governo era alongar o tempo de debate para tentar formar uma maioria nos votos para rejeitar o requerimento que acabamos de aprovar. Parabéns à resistência de vocês! Parabéns aos 16 Vereadores que votaram no requerimento!

Eu me inscrevi para explicar o que pode acontecer neste final de ano turbulento, quando a categoria gostaria de estar com seu salário, com seu 13º salário

comprando o Natal das suas crianças, dos seus amigos, dos seus parentes. E, lamentavelmente, têm que estar aqui na Câmara de Vereadores nessa batalha hercúlea contra um governo autoritário, neoliberal, recessivo. Lamentavelmente, inimigo do servidor!

O Marcantônio, Líder do Governo, acabou de fazer um encaminhamento para a renovação da votação do requerimento. Hoje havia sido chamado o conjunto para tratar desse projeto. Na medida em que nós tiramos a priorização, não pode tratar do PLCE nº 011/17 na Reunião Conjunta da tarde de hoje, mas eles têm que renovar a votação do Requerimento que fizemos aqui, na próxima quarta-feira. Felizmente, quarta-feira é dia de greve e esperamos que seja uma greve forte como a dos 40 dias que vocês fizeram e esta Câmara lotada! Porque nós não aceitaremos a retirada de direito dos servidores por um governo que não disse a que veio e tenta jogar a responsabilidade de uma cidade em colapso, onde não tem telefone nos CRAS, que fecha a emergência do HPS, que falta professor nas escolas municipais, uma cidade esburacada, sem atendimento e tenta terceirizar a responsabilidade para os servidores que, sim, estão lá, Ricardo Gomes, fazendo o seu trabalho e trazendo aqui para a Câmara de Vereadores os problemas que o senhor não quer ouvir! Aliás, os privilegiados não estão nas galerias, os privilegiados estão no topo da pirâmide, que privilegiam os bancos, as empreiteiras, os latifundiários, os ricos, e, muitas vezes, os políticos. Muitas vezes os políticos! Não os servidores! Mais do que isso, o Governo tenta terceirizar as responsabilidades, inclusive para o conjunto de Vereadores, dizendo que a culpa é dos Vereadores que não querem dar tarifaço no IPTU, dizendo que a culpa é dos Vereadores que não querem ter 40% do salário diminuído num canetaço de um Governo autoritário, dizendo que a culpa é dos servidores que não aceitam a lógica de tentar colocar os servidores pela porta dos fundos, porque os servidores fizeram concurso e garantiram os direitos por concurso público! Por concurso público!

Infelizmente, depois de todo baixo nível de um prefeito *playboy*, que nunca trabalhou na vida, que chama Vereador de cagão, por não votar os projetos de ajustes, infelizmente, mesmo depois de tudo isso, me parece que alguns ratos estão abandonando o barco, parece, na ampla maioria que é valorizada, dos 16, e alguns precisam se posicionar. Eu espero estar errada, porque o povo está cheio de político demagogo, o povo está cheio de político de quinta categoria, que ataca os servidores para não ter que dizer por que o seu governo de desmonte do Município está colapsando a cidade de Porto Alegre. O povo está cheio é de CC no Diário Oficial, de mudança de voto, de palavra; o povo está cheio de falsas promessas das eleições. Eu estou com o programa do Marchezan aí e vou fazer questão, nesses dias, de trazer na tribuna, vou fazer questão de trazer à tribuna os vídeos de pronunciamento que foram dados, nesse processo todo de greve, os compromissos de votar com a categoria; vou fazer questão de trazer à tribuna o Marchezan ofendendo os Vereadores, para ver quem é que tem coerência e quem é que tem capacidade de manter a palavra numa situação de ceticismo na política. Fico feliz porque o Requerimento foi por maioria e eu sei que alguns não foram a favor do Requerimento e se comprometem a votar contra o projeto. Mas nós

não queremos dar sorte para o azar, nós queremos ter a convicção de que esse processo seja feito nas Comissões, que essa discussão seja feita com a Cidade.

O Governo retirou o projeto no meio da greve dos municipais porque viu que perderia, porque viu que tínhamos votos para rejeitar o PLCE nº 011/17. E agora eles mandam uma Mensagem Retificativa que é para enganar alguns e para dar argumentos aos outros, mas que, na verdade, significa a mesma coisa, a retirada dos avanços que se garantiu na greve do efeito cascata, a retirada do triênio, a retirada do quinquênio, a retirada do avanço de 15 anos, a retirada do avanço de 25 anos. E, numa cantilena enfadonha, deu um argumento para alguns que só precisavam de um discurso para romper a sua assinatura naquele documento para mudar de palavra, mudar de palavra que nem camaleão muda de roupa. E eu vou dizer uma coisa para vocês, política é correlação de força, e, na greve, nós tínhamos 19 votos para derrubar. Eu espero que mantenhamos, como mantivemos no requerimento, a partir da mobilização de vocês, essa maioria na Câmara de Vereadores. Mas para isso é fundamental que as pessoas possam dormir com a cabeça tranquila no seu travesseiro. Eu espero que aqueles que mudam de palavra como mudam de roupa não façam isso, que tenham a consciência tranquila de que votaram com os servidores, que tenham a consciência tranquila de que não está nas suas mãos a retirada da carreira construída ao longo de 50 anos da história de Porto Alegre, que tenham a consciência tranquila para dizer que não foi com os votos de quem votou para não haver Natal, graças ao Prefeito incompetente que os servidores perderam mais. Eu espero que tenham essa tranquilidade porque a oposição terá e vai usar todas as armas necessárias para derrubar esse voto do Governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente, colegas e quem nos acompanha no momento, eu não posso deixar de rebater algumas coisas que foram ditas aqui pela Ver.^a Fernanda Melchionna. E eu quero concordar com um trecho, com uma parte do que ela disse, concordo que realmente todo mundo está cansado de político e de pessoas demagogas, então, por isso, eu faço um esclarecimento aos Pares e a quem quiser ouvir porque uma das coisas que a gente mais vê, em todos os lugares, são pessoas que só querem falar, mas não querem ouvir. Quinta-feira, aqui no salão ao lado, nós tínhamos uma reunião de líderes para priorizar que os servidores pudessem receber o seu 13º salário nas instituições bancárias da mesma forma que no Estado, nós pedimos para priorizar. Sabe o que aconteceu, Presidente? Sabem o que aconteceu, colegas? A Ver.^a Fernanda Melchionna retirou o quórum e não pudemos priorizar. Então, está aqui a Mensagem Retificativa, e olha só, mesmo que tivessem acertos textuais a serem feitos, nós podíamos estar hoje fazendo isso de uma forma priorizada. Isso para mim também é

uma conduta de, às vezes, falar uma coisa em público e agir de outra forma no privado. Sei que vou ser....

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Volto a pedir às galerias que respeitem o tempo do Vereador que está na tribuna. Toda a vez que as galerias se manifestarem, o cronômetro será parado. Então, o Vereador vai ficar o tempo necessário que tiver na tribuna. A senhora ali de preto, por favor! Mantenha a calma, deixe o Vereador falar. Ele pode falar o que quiser quando estiver na tribuna. Por favor, deixe-o falar! Depois que ele falar, a senhora se manifeste.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Resgatando. Esse discurso que, me desculpa, eu acho extremamente populista e antigo de fazer: “Ah! O culpado de vocês não terem o dinheiro para comprar a ceia...” Desculpa! Isso aí é um discurso antigo, de um formato antigo, o 13º salário dos servidores está, para a gente poder aqui, os Vereadores, por assinatura, fazer um acordo com as Lideranças, para poder autorizar, porque tem que passar por esta Casa para que as senhoras e os senhores possam ter acesso ao seu 13º. Eu precisava deixar claro isso, não é uma coisa que surge agora. Então, precisava também reforçar que não tem problema vocês ficarem de costas, poderiam estar de frente. Perguntei aqui se vocês eram a favor de talvez fazer que nem no Estado, em vez da licença-prêmio remunerada, fazer uma licença de qualificação. Nenhum dos senhores levantou o braço, nenhum dos senhores é a favor, e a sociedade está cansada de para nós, agentes políticos e de o serviço público ter tanto benefício. É esse o discurso que nós queremos discutir aqui com os colegas da Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Janta, eu quero começar dizendo que nós sabemos bem por que nós encaminhamos o requerimento de urgência. Encaminhamos pela absoluta falta de compromisso, de seriedade em assumir a função de prefeito do Sr. Marchezan Júnior. Por quê, Vereadores? Porque foram 40 dias de greve, e o Prefeito não fazia um gesto para resolver o impasse, para ouvir a categoria, para construir saídas para a Cidade. Esta Casa, sabiamente, muitas vezes, tomou atitudes, pedindo urgência, dizendo: “Está bem, se o Prefeito não tem capacidade de governar com os seus funcionários em benefício da sua Cidade, nós vamos votar a urgência”. Estamos retirando neste momento, porque, de novo, este Prefeito não escuta ninguém; depois da greve, não se reuniu com ninguém. Ver. Goulart, obrigada pelo teu voto, eu vou falar no voto de todo mundo. Terminou a greve, ele não abriu mesa de

negociações. Ele não está nem aí se o servidor vai recuperar ou não o trabalho, o que os servidores estão fazendo independente do Governo, porque o Governo sequer se reuniu com eles. Depois da greve, ele não chamou o Simpa e as entidades nenhuma vez, Ver. Márcio, Ver. Mauro e Ver. Bosco, que linda a posição do PTD! Nenhuma vez! Aí, no fim do ano, desarquiva e, à força, quer determinar a vida de 15 mil funcionários, quer destruir a vida funcional, a vida de servidores e servidoras, é isso o que ele quer fazer: à força, a toque de caixa, sem debate, Ver. Tarciso. Nós queremos retirar a urgência porque nós vamos exigir que esse homem dialogue com esta Cidade e dialogue com os seus servidores, porque nós temos obrigação, este Parlamento tem obrigação de exigir isso, Ver. Mauro – obrigação -, Vereadores Alvoni e José Freitas. E não importa, vocês são de valor, entraram na base do Governo, então cumpram essa função de exigir que este Prefeito dialogue com esta Cidade. E o Ver. Janta não votou, porque estava presidindo os trabalhos e tem trabalhado de forma sistemática para garantir esse diálogo e esse respeito. Todos que aqui vêm dizer que aqui têm privilegiados não sabem de que Cidade estamos falando, não sabem de políticas públicas, assim como todos que aqui vêm ofender. Porque, Vereadores, o Ver. Moisés vir aqui dizer que um milhão de pessoas está perdendo por causa desses servidores – os senhores estão equivocados! Um milhão e quatrocentas mil pessoas recebem os serviços desses servidores, feito com qualidade, feito com seriedade. Nós não precisamos de meritocracia, nós não somos burrinhos para botarem um milho na frente para a gente andar; a gente anda por causa do compromisso com esta Cidade! Parem de desprezar o funcionalismo municipal. O Prefeito despreza o funcionalismo, atira a Cidade ao descaso, porque é assim que a Cidade está. Onde não está o funcionário, onde é contrato terceirizado, onde depende de gestão, está um caos, está um mato, está um lodo, está um lixo; está suja, está estragada a Cidade! E toda Cidade vê. Portanto, é um equívoco os novos Vereadores, achando que combatendo, que violentando - porque isso é assédio, isso é violento -, vir aqui e desprezar o trabalho, a dignidade de cada um de vocês, isso é inaceitável. Portanto, valorosos Vereadores e Vereadoras, que votaram hoje para tirar o regime de urgência, estiveram à altura dessa categoria, todos os Vereadores do PT e do PSOL; Vereador Dr. Goulart, parabéns pela tua coragem de vir junto, porque é preciso ter coragem. O PSB, Vereadores Paulinho Motorista e Airto Ferronato, parabéns, que orgulho! Sabem por quê? Porque não estamos aqui por corporativismos. Quem viveu e vive o cotidiano das escolas, o cotidiano dos postos de saúde, o cotidiano dos nossos guardas, Ver. Valter, quem viveu e vive o cotidiano do nosso pessoal do DMAE, dentro daquele cheiro ruim - a CECE foi visitar a ETE -, todo o dia tratando o esgoto desta Cidade para devolver qualidade de vida, quem sabe, quem vive isso, Ver. Moisés, não vem aqui desprezar funcionário público. Por isso o meu orgulho a esta categoria, nosso orgulho de ser desta categoria. Eles não passarão! Essa Cidade é da democracia, é da qualidade de vida, não é do despotismo. Fora, Marchezan! Esta Câmara vai construir outra saída.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, que solicita renovação de votação do Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, que solicita que seja retirado do regime de urgência o PLCE nº 011/17.

O SR. DR. THIAGO: Presidente, uma questão de esclarecimento: quando vai ser votado o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, que solicita renovação de votação do meu Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A requerimento de algum Vereador, Ver. Dr. Thiago, ou num acordo de Lideranças, quando for priorizado. O requerimento de votação pode ser a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que assistem nossos trabalhos na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, venho à tribuna falando em tempo de liderança do meu Partido, o PSOL, para complementar algumas das coisas que a Ver.^a Fernanda Melchionna falou aqui em tempo de Liderança dos partidos de oposição. A Ver.^a Fernanda esqueceu de mencionar que o Governo Nelson Marchezan Júnior permitiu que o Conselho Tutelar Microrregião 8 ficasse sem luz por muito tempo. Essa sede era uma das maiores referências, porque trabalhava bem, tinha sua estrutura bem montada, tanto que, numa das reuniões que nós fizemos na CEDECONDH – e o nosso Presidente da CEDECONDH está aqui, o Ver. Cassiá Carpes –, foi mencionado que, inclusive, alguns órgãos das secretarias procuravam o Conselho Tutelar porque a estrutura era bem equipada, tinha internet, coisa que alguns órgãos não tinham –, então era uma referência. E o Governo Nelson Marchezan Júnior conseguiu deixar aquela sede degradingolar, precarizando o atendimento para as nossas crianças. Isso é coisa com que não se brinca! Não se brinca com o direito das crianças e dos adolescentes. E esse Prefeito é um brincalhão, porque ele presta um desserviço à população desta Cidade. Isso, sim, é uma tremenda falta de responsabilidade.

Além da falta de responsabilidade, o que me motivou a subir nesta tribuna foi a incoerência e a incapacidade de prestar informações verdadeiras por parte do Governo. Já havia sido firmado um compromisso, ou, pelo menos – eu não sei se hoje em dia a palavra do Prefeito vale alguma coisa, ou se já valeu em algum momento –, eu me lembro de ele ter afirmado que, se a greve findasse, ele iria aprofundar os debates do grupo de trabalho justamente para debater a questão do Estatuto dos Funcionários e das modificações que ele estava propondo. O grupo de trabalho acabou, foi dissolvido. Durante o movimento grevista, o Prefeito falou, numa reunião em que muitos Vereadores e Vereadoras estavam presentes, que ele já tinha se reunido com a categoria inúmeras vezes. Só que aquele foi o primeiro momento em que ele recebeu uma

comissão de grevistas para falar sobre o assunto, e aí havia transcorrido, se não me falha a memória, três semanas! E essas vezes em que ele falou com a categoria foram todas as vezes ao longo deste ano para debater, inclusive, a alteração das rotinas escolares de fevereiro que gerou uma turbulência na Cidade, precarizando o atendimento das nossas crianças; portanto, é mentira! Nós precisamos, Ver. Moisés, que é Líder deste Governo aqui na Câmara de Vereadores, filtrar o que este cidadão vem falando. Não dá para acreditar mais nas palavras do Prefeito desta Cidade, porque ele não é coerente, porque ele falta com a verdade. E não foi uma ou duas vezes, ele vem mentindo sistematicamente nos veículos de comunicação e pessoalmente, o que demonstra uma grande cara de pau! O que lamento muito é que muitas pessoas não conseguem perceber o cidadão que está por trás destes atos, e, por muitas vezes, colocam seus mandatos, seu trabalho e, quiçá, sua reputação, a servido deste cidadão. O Prefeito não merece consideração porque ele não tem consideração alguma com os servidores desta Cidade, nem com o serviço público prestado à população, porque firmou sua palavra, firmou compromisso que estaria retirando de tramitação o PLCL nº 011/17, justamente para dialogar, debater e para acabar com o movimento grevista. Findada a greve, o que ele faz? Reapresenta no mesmo ano, um mês depois. Se esse cidadão não quer que a nossa Cidade venha a ruir, porque parece que é isso que ele está fazendo, ele quer ver Porto Alegre se desmanchar, ele quer tirar o sossego e acabar com a sanidade de quem presta um serviço à população desta Cidade. Eu só tenho a lamentar, porque esse tipo de atitude não vai nos levar a lugar nenhum, não é construtivo, não é produtivo, além de ser extremamente desrespeitoso! Um grande abraço a todos vocês, municipais, servidores desta Cidade que estão lá na ponta, muitas vezes, ouvindo desaforos. E não é responsabilidade de vocês, é daquele cidadão que está sentado na cadeira maior, no Paço Municipal, mas são vocês, que estão lá na ponta, que ouvem os desaforos da população, porque, como servidores, prestam esse serviço e devem fazê-lo. Um grande abraço e sigamos a luta. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Presidente Valter, como eu não estive na Sessão em que V. Exa. foi eleito, queria manifestar, de público, a minha alegria de ver V. Exa. no comando da nossa Casa no ano de 2018, sei que estará em ótimas mãos. Então, sucesso, bom trabalho, inspiração, fé, porque a Cidade precisará muito desta Casa, novamente, em 2018. Fica aqui, manifestado, de público, o nosso reconhecimento.

Um ano atrás, colegas Vereadores e companheiros servidores do Município, um grande grupo de Vereadores estava reunido lá no Tribunal de Contas do Estado, talvez alguns se recordem, porque o Prefeito, que nem tinha tomado posse, mas o Prefeito eleito, Marchezan, travava uma disputa pública com o Prefeito Fortunati

porque entendia que o IPTU não deveria ser adiantado, mesmo que isso impactasse no 13º salário, na folha dos servidores do mês de dezembro. E foi muito bacana porque foram vários Vereadores, uns que, inclusive, já faziam parte da base, enfrentaram a posição do Prefeito, foram ao TCE, aprovamos aqui uma moção, o Prefeito Fortunati tomou a posição e nós conseguimos, então, fazer o adiantamento necessário para aquele momento. Como é necessário agora para o Prefeito Marchezan, embora eu achasse que esse adiantamento deveria servir para pagar o 13º salário de vocês e botar em dia a folha de pagamento, porque os recursos que irão chegar seriam suficientes para isso acontecer – isso merece uma atenção nossa depois que terminarmos esse embate do dia de hoje. (Palmas.)

Outra questão que eu queria relembrar a vocês: poucos meses atrás, o mesmo Tribunal de Contas nos recebeu, eu e alguns Vereadores, meu Líder, Ver. Márcio Bins Ely, que me cede aqui o tempo de Liderança, fomos ao Tribunal de Contas, insistimos, e o Tribunal de Contas apresentou um relatório parcial e disse que... Mesmo sendo no rodapé, escrito bem pequenininho, mas fala claramente, naquele relatório, que o Prefeito Marchezan tinha dinheiro em caixa para honrar o salário dos servidores e decidiu não o fazer. Vocês se recordam disso, não é? O Governo disse que vai apresentar o fluxo de caixa – e eu ainda não vi esse fluxo de caixa – para que nós pudéssemos ver o que foi pago antes, o que foi pago depois, se tinha dinheiro em caixa dos fundos. Na verdade, a intenção do Governo é o que nós sabemos e que está muito claro para todos, e era a desculpa de revisar a planta de valores, na verdade o objetivo era aumentar a arrecadação com o IPTU e aprovar projetos que aqui retirassem direitos dos servidores, diminuindo, então, o gasto com o funcionalismo. Essa é a intenção do Governo, que rompe, que rasga com tudo aquilo que disse na campanha. E é nisso que eu quero entrar aqui, porque alguns Vereadores que me antecederam, talvez não reconhecendo a importância dos servidores públicos, tratando os servidores públicos como minoria, e eu diria que vocês são a maioria, são a existência, a necessidade, a capacidade que nós temos de prestar serviços públicos. Minoria fez esse Governo em votos para instalar a comanda da Prefeitura! Minoria fez esse Governo que teve que perder para os nulos, perdeu para os brancos, perdeu para a abstenção. Enfim, diante disso, eu quero dizer a vocês que, como cidadão, como Vereador desta Cidade, eu torço para que nós possamos construir um cenário, em 2018, em que possamos reconstruir a tranquilidade, que nós possamos, Ver. Valter, reconstruir a volta dos serviços públicos, que vocês possam ter a tranquilidade de estar lá cumprindo seu papel, e que o Governo tenha capacidade de reconhecer os equívocos que teve em 2017. E que nós possamos planejar um 2018 em que encontremos saídas para a crise que está aí. Porto Alegre não está diferente dos outros Municípios, nós temos que encontrar soluções, caminhos, mas será com o apoio, com a participação dos servidores, será com o amplo papel aqui desta Câmara de Vereadores, e não interessa se é de direita, se é de esquerda, não importa os partidos. Presidente, por isso quero dizer que V. Exa. tem uma grande responsabilidade para que nós possamos enfrentar a crise, devolver à população os serviços públicos básicos, necessários. As praças estão com capim alto, as ruas estão esburacadas, enfim, a Cidade está um caos, porque o ano de 2017 foi marcado pela administração do caos!

Sucesso a todos, parabéns por mais esta vitória! Nós estaremos aqui vigilantes e atentos para que possamos dar a vocês a tranquilidade necessária. Parabéns e obrigado...

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores municipais, eu estava presidindo os trabalhos e não podia me manifestar, infelizmente. Ouvi os colegas que aqui subiram falarem em cumprir o acordado. Este plenário pulsa, ele é um ser vivo, ele toma as decisões e, geralmente, quem toma as decisões é a maioria. E a maioria, um tempo atrás, para não prejudicar os municipais, tomou a decisão de priorizar o projeto; hoje, a maioria, para não prejudicar os municipais e a população de Porto Alegre, tomou outra decisão: não priorizar os projetos. Esta é a decisão da maioria, e ela é soberana em qualquer casa democrática do mundo. A maioria pulsa. Como nós fomos atropelados tempos atrás, fizemos uma reunião em que estavam presentes vários Vereadores, e demos acordo para votar alguns projetos. Aí chegou na reunião de Líderes, a maioria nos atropelou, e não aconteceu o que nós planejamos juntamente com um grupo de municipais. Lá na CCIJ, nós priorizamos – olhem bem – o DMAE. Nós podíamos ter feito audiências públicas, podíamos ter feito uma série de coisas e agilizamos, porque iríamos dar uma resposta aos municipais, que estavam em greve, nós iríamos votar contra o projeto do DMAE. Mas a maioria nos atropelou. Então, a maioria nesta Casa toma as decisões, só que acordos são feitos para serem cumpridos.

O Prefeito, quando essa maioria tomou a decisão de priorizar, mandou uma mensagem para cá, e seus Líderes aqui subiram, dizendo que, este ano, esse projeto não seria mais votado, mas este ano de 2017 ainda continua, faltam uns dez dias para terminar o ano. Ele disse que iria fazer um grupo de trabalho de municipais com a Câmara de Vereadores e o Executivo: PGM, Fazenda e Secretaria de Planejamento. Eu tenho interesse nesse grupo de trabalho e, até hoje, não fui chamado. Eu acredito que nenhum dos 36 aqui foi chamado até hoje. Nenhum foi chamado, nem os órgãos de representação dos municipais, nem o Simpa, nem as associações, ninguém foi chamado. O Governo não cumpriu a sua parte, então, não teria por que nós cumprirmos a nossa, de priorizar esse projeto.

Alguns colegas dizem que nós representamos um milhão e duzentos mil porto-alegrenses que querem que a Cidade funcione. Querem! Claro que querem! As pessoas querem o posto de saúde funcionando até as 22h, as pessoas querem as escolas do Município funcionando em Porto Alegre, as pessoas querem as creches funcionando, as pessoas querem a grama cortada em Porto Alegre, o asfalto em Porto Alegre. As pessoas querem uma Cidade funcionando para elas. Mas nós não representamos esse um milhão e duzentos mil! Por favor, menos, bem menos, muito menos! Se juntar todos nós aqui, nós fizemos 300 mil votos no máximo, porque os mais votados aqui foram a

Ver.^a Fernanda, o Ver. Dr. Thiago, o Ver. Mauro Zacher, que passaram dos dez mil, o resto caiu. Então, nós não representamos 1,2 milhão, nós representamos as pessoas que nos confiaram seus votos para estarmos aqui. É uma grande parcela que, semana retrasada, no dia em que priorizamos esse projeto, nós estávamos representando. Eu, por exemplo, represento 116 mil comerciários de Porto Alegre, que vão sentir a falta do 13º de vocês. Muito, muito. O Natal da minha categoria, este ano, será bem pobre, porque vocês não vão receber, os trabalhadores do Estado não vão receber, e os federais estão há um bom tempo sem aumento. Será muito pobre o Natal da minha categoria, muito difícil e pobre. Eu represento 116 mil trabalhadores do comércio, que não vão ter um Natal bom, que não vender seus produtos nas lojas. E me espanta quando o Sindilojas e a Fecomércio dizem que nós temos que aprovar esses projetos do Governo, principalmente o de aumento de salário, porque a nossa Cidade vive dos serviços, do comércio e, principalmente, do funcionalismo público do Estado, da União e dos Municípios. Aí me assusta isso. O que está por trás? Será que foi lá uns milhares de CDs e DVDs, coisa que nem existe mais hoje em dia, fiquei espantado quando vi que amassaram um monte de CD e DVD. Hoje nem se escuta mais isso, é tudo *pen drive*. Amassaram CD e DVD! Isso devia estar no estoque, do tempo que o Valter, o Adeli, o Cecchim foram Secretários da SMIC, isso devia estar lá guardado. Hoje em dia, CD e DVD? O pessoal está vendendo óculos, relógio de ouro, corrente de ouro, meia, roupa, está vendendo de tudo, menos CD e DVD. Muito cigarro e muitas outras *cositas* mais no Centro de Porto Alegre, nas portas das lojas.

Então, eu acho que nós estamos cumprindo o nosso papel de não tirar dinheiro da economia, de garantir, principalmente, o salário das pessoas, o salário é sagrado. Eu proponho aos nobres colegas Vereadores uma emenda coletiva: vamos reduzir o nosso salário também em 50% que nem o dos municipais! (Palmas.) Vamos reduzir o nosso salário! Porque o projeto reduz o salário dos municipais, dos funcionários aqui da Câmara. Vamos cortar o nosso também na raiz! Nós não podemos fazer isso, porque nós temos nossas famílias para sustentar, que nem eles têm. Nós temos nossos compromissos para honrar, que nem eles têm. Uma boa parte dos Vereadores que aqui estão dependem somente do salário da Câmara, porque abriram mão das suas profissões lá fora, porque a Casa ocupa a gente o tempo inteiro, assim como os funcionários fizeram, abriram mão de outro emprego para se dedicarem ao Município de Porto Alegre. Seria isso. Acho que a população tem que saber que essas pessoas que aqui estão abriram mão, como muitos de nós, de outro emprego, para estarem aqui para defender o povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu quero novamente fazer um diálogo com os municipais e com os Vereadores. O que a gente fala nesta tribuna fica registrado, o que a gente fala nesta tribuna é sagrado. (Palmas.) Se a gente combina nesta tribuna, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Moisés e Ver. Luciano Marcantônio, isso fica registrado. (Palmas.) Este projeto que veio para cá, este substitutivo está completamente modificado, então, não é uma incoerência se retirar o pedido de urgência, ainda mais porque as premissas que foram combinadas naquele momento não foram respeitadas. Por favor, ponham o vídeo aí.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. DR. THIAGO: Então, o que eu quero pedir, Ver. Luciano Marcantônio, Liderança do Governo, é que isso aqui seja realizado. É simples assim: o que nós combinamos naquele momento seja realizado. Por isso eu entrei com o requerimento – eu e diversos outros, eu e outros 16 Vereadores, cavalheiros, como eu chamei. Eu quero pedir à Liderança do Governo que retire o documento de renovação de votação, para que nós possamos continuar acreditando nas palavras ditas nesta tribuna. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. José Freitas está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h45min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): Presidente, solicito a alteração de ordem de priorização para que possamos, imediatamente, votar o requerimento de minha autoria que solicita a renovação de votação do requerimento de autoria do Dr. Thiago, que retira a urgência do PLCE nº 011/17.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Eu não sei se é um pedido de informação. Esse pedido feito pelo Ver. Luciano Marcantônio se sobrepõe ao que já está na priorização?

O SR. PRESIDENTE. (Cassio Trogildo): Sim, porque é um requerimento de plenário.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE. (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, municipais, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa Sessão nesta tarde. Esse pedido do Governo, ou da base do Governo para a renovação de votação do requerimento que, há poucos minutos, perdeu a disputa no plenário, de deu por ordem regimental, pois, até três votos de diferença, é um direito de qualquer Vereador fazer essa solicitação. Mas o que cabe a nós dizer é que há uma enorme incoerência – e nós vamos repetir aqui – do próprio Governo Municipal, quando, há mais de 30 ou 40 dias, no Paço Municipal, numa reunião com os municipais e com os Vereadores, o Marchezan dizia, claramente, que não mais colocaria em votação esse projeto de que estamos tratando da renovação de votação, que é o PLCE nº 011/17, que trata da RTI e da RTDE, dedicação integral e dedicação exclusiva. O Governo mandou para esta Casa, há poucos dias, uma Mensagem Retificativa e muda o projeto de lei. Ele não diz que todos os servidores que têm essas vantagens, assim dizendo, permanecerão. Pelo contrário: aqueles que têm essas conquistas de dois anos atrás poderão perder agora, é isso o que ele está dizendo. Ele retroage dois anos, portanto, há uma enorme incoerência no que o Prefeito diz, quando manda uma Mensagem Retificativa totalmente confusa que não é o que os Vereadores da base disseram aqui há poucos minutos, quando nós votávamos o requerimento para a retirada da priorização desse projeto de lei. Quero dizer que há uma enorme incoerência do Prefeito Municipal na medida em que a Mensagem Retificativa, ao contrário do que diz a base do Governo, retira, de verdade, as conquistas de vocês de dois anos para trás.

Esta renovação de votação, nós esperamos que haja sensibilidade dos Vereadores e Vereadoras, porque, se não há sensibilidade ou coerência, também não há ética, nem mesmo transparência. Ao menos os Vereadores que estavam presentes naquela reunião se comprometeram e, naquele momento, eram 22 Vereadores, não 16. Infelizmente, e era algo previsível, muitos dos senhores e das senhoras diziam, nas plenárias dos municipais, que poderia acontecer o troca-troca ou a própria cooptação. De fato, isso está acontecendo, está acontecendo. Na vida política, infelizmente, acontecerá em todos os Parlamentos. É no Congresso Nacional, é na Assembleia Legislativa, não será diferente aqui. Mas, infelizmente, é uma enorme incoerência,

contra o que nós, da Bancada do PT, protestamos, porque nós assumimos, naquela época, que nós votaríamos com os servidores. Em muitos vídeos, vocês são testemunhas, Vereadores também disseram que votariam com os municipais. É ou não é?

Pessoal, vamos lembrar que o Governo Marchezan, há um ano no Paço Municipal, não disse por que veio. Ele, na verdade, não tem uma marca de Governo. A marca de Governo dele é tirar as conquistas dos trabalhadores, a marca do Governo Marchezan é taxar a população com o IPTU mais alto, a marca do Marchezan é tirar as isenções do transporte coletivo, a marca do Marchezan é, sem dúvida nenhuma, dizer que, aqui na Câmara, é que se decidem as coisas. Claro, nós estamos decidindo: o senhor governa para Porto Alegre, e nós governamos representando os cidadãos e as cidadãs que nos colocaram aqui, para poder representá-los. Os municipais que nos remetem a essa responsabilidade, Dr. Thiago, nos dizem que estão cumprindo o compromisso deles, e nós cumprimos o nosso. Portanto, lutaremos contra a ideia do Marchezan de votar no afogadilho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DR. THIAGO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h54min): Encerrada a Ordem do Dia.

Solicito aos Líderes que se aproximem da Mesa, por gentileza. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h56min): Estão reabertos os trabalhos. Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2853/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 313/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que estabelece que os laboratórios e as clínicas devem fornecer aos seus pacientes laudo laboratorial evolutivo.

PROC. Nº 3159/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 026/17, que dispõe sobre valores relativos a gratificação natalina de 2017, e indenização decorrente do descumprimento da obrigação pecuniária.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu ia me inscrever para conversar um pouco sobre o tema do PLCE nº 011/17 quando se discutia a matéria. Como nós não tivemos quórum, eu estou aqui para trazer uma breve mensagem. Fui Relator da matéria, e o meu relatório é pela rejeição do projeto – a maioria sabia disso, quase todos sabiam do meu relatório. Eu tinha a expectativa – acompanhei os passos daqui – de que hoje saísse a Reunião Conjunta, até porque nós venceríamos a votação na Reunião Conjunta. Esse seria um passo que se daria, ou seja, pela rejeição do projeto. Depois nós tivemos aqui uma renovação de votação, e aí o meu apelo aos nobres Vereadores da bancada do Governo. Na verdade, renovar a votação do projeto é nada mais, nada menos do que apenas tirar mais tempo de todos nós, porque, se votamos contra a proposta do Governo, isso se manteria. Portanto, eu não vejo o porquê desse pedido de renovação de votação, até porque nós podemos votar outros projetos de alto interesse para a Cidade, inclusive, para o servidor público.

Estamos aqui para trazer um abraço a todos e dizer que a nossa luta continua, e nós sairemos vencedores dessa luta, porque temos a maioria dos Vereadores do nosso lado. Eu apresentei o relatório com apenas dois pontos. O primeiro é jurídico. No aspecto jurídico, como se retirar direitos dos servidores, alguns deles com 20, 25, 30 anos que percebem esses valores? Na minha visão, esse projeto tem sérios problemas de legalidade. Uma vez aprovado um projeto nesse nível, todos os servidores municipais ingressariam com recursos judiciais e arrumaríamos mais de 20 mil processos na Justiça, o que não é bom para a cidade de Porto Alegre, para o servidor, nem para o cidadão de Porto Alegre.

A outra questão é técnica, prática. Eu já disse que nós servidores públicos temos um básico, na maioria das vezes, ridículo de tão baixo! Há 40 anos, é costume da administração pública colocar, em cima do básico, um regime de dedicação exclusiva e um regime de tempo integral, o que, é claro, traz um agregado a mais. Isso é da natureza do serviço público. Como servidores públicos que somos, nós sabemos que tivemos uma expectativa lá quando fizemos o concurso, todos nós. Eu fiz o concurso há mais de 40 anos! Nós tínhamos – e temos – uma expectativa de carreira no serviço público! E a

carreira do serviço público para o servidor é talvez a única coisa que atraia a todos para o serviço público.

Portanto, o nosso parecer contrário tem sim a maioria de votos da Câmara Municipal. Nós compreendemos que o debate foi extenso, mas venceremos. Um abraço e obrigado. Aproveito a oportunidade para desejar um Feliz Natal a todos e um próspero e venturoso ano novo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, servidoras e servidores; as senhoras e os senhores se lembram da campanha eleitoral do ano passado? Certamente que sim. O Prefeito caminhava pela Cidade, prometia um dinamismo, falava em ousadia, criticava a mesmice dos gestores, falava que a Cidade era possível, era viável. Fez reuniões com o Orçamento Participativo dizendo que continuaria. Eleito, ato contínuo, trancou o Orçamento Participativo. Dizia, ele, então, que dialogaria com os servidores.

As senhoras e os senhores viram, há pouco, um vídeo de um colega lendo uma carta do Prefeito, que prometia, em outubro, dialogar, falar. Pelo que eu estou vendo – ou estou num outro mundo –, mas eu, regra geral, estou no mundo real; circulo pela Cidade e vejo buracos. Se falta água na Bom Jesus, no Jardim Carvalho, dia sim, outro também; na Lomba também, dia sim, outro também, onde está o dinheiro da arrecadação dos tributos? Em dezembro do ano passado, Thiago, não era necessário antecipar o pagamento do IPTU, certo? Não era necessário, porque tudo se resolveria com a sua gestão. Ah, se não fosse a antecipação no ano passado! Esse ato está sendo feito novamente. O que ele dizia que não precisava, que era contra e bateu no outro Prefeito, está fazendo agora na sua gestão, antecipando IPTU. Eu quero dizer que farei todos os esforços, como faço todos os anos, de pagá-lo. Afinal de contas, aqui na Câmara, como já foi dito, nós estamos com o salário em dia. É uma incongruência, é uma incongruência, porque o caixa é o mesmo. Aqui a gente recebe o duodécimo. Então, tira uma parte do caixa, vai lá e retira uma parte do caixa. Mas eu também sei que uma parte é tirada do caixa para pagar CC. Dizem que acabaram com os carros locados, eu estou para ver. Eu sei que, na Secretaria em que eu já fui titular, falta carro para fazer fiscalização. Pelo que eu sei, em algumas Secretarias, estão faltando carros. Onde estão os carros? É simples: aqui ao lado, tem a sede da Receita Federal, que tem dezenas, centenas de carros em Foz do Iguaçu, para serem distribuídos. Eu, quando Secretário, fui ali, falei com o Diretor e saí com dois Gol. Não eram uma Brastemp, mas eram dois Gol, não tinha carro na época na SMIC, faltava tudo. Tem mais: tinha dois galpões atrolhados de coisas. Eu fui lá e mobiliei a SMIC, o Centro Agrícola Demonstrativo, lá em cima na Lomba, o CAD, etc. e tal. Ele não era o senhor da razão das parcerias? Quem fez parcerias fui eu, foram outros Secretários, que foram atrás, que

buscaram recursos, que saíram para rua. Eu tenho dito: Prefeito, essa questão aqui da gratificação natalina é porque o senhor fica o tempo inteiro no Facebook. Prefeito, saia para rua rápido, urgente, agora: rua! É aqui que a vida corre. Nós faremos todos os esforços, todas as justas manobras para que os servidores sobrevivam, que a Cidade sobreviva e que não acabe com Porto Alegre. Passei o final de semana lendo “A Velha Porto Alegre”, do Costa Franco. Quanto foi difícil fazer esta Porto Alegre de hoje, não será este Prefeito que a destruirá. Viva a luta! Em frente!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu quero terminar este ano de 2017 e iniciar 2018 quase fazendo uma oração. É a oração de São Francisco, nem católico sou, nem cristão, mas, enfim, não posso deixar de reconhecer a sabedoria onde quer que ela esteja. Peço a Deus que nos dê, em 2018, a força para mudar o que pode ser mudado, a resignação para aceitar o que não pode ser mudado e a sabedoria para conseguir distinguir uma coisa da outra. Dois mil e dezessete foi um ano de soma zero. Não ganhou a Cidade, não ganharam os servidores, não ganhou ninguém. O que eu desejo, o que eu quero é que, em 2018, não percam os servidores, que, em 2018, não perca a Cidade e que a gente tenha a capacidade de ter força para mudar aquilo que pode ser mudado. Uma das coisas, a propósito dos gritos da plateia, que nós precisamos mudar é a forma do relacionamento do Executivo com a Câmara de Vereadores, ou com os Vereadores. O Prefeito foi eleito, gostemos ou não, gostem ou não, ele tem um mandato, mas ele precisa compreender que, na essência do seu mandato, que é o múnus popular, ele tem uma tarefa de interlocução com a Câmara de Vereadores, que também tem mandato, e que isso é a democracia. Sem que os dois Poderes dialoguem, conversem e busquem um consenso, se estabelece o que eu havia falado em maio desta tribuna – em maio, e nós já estamos em dezembro: o impasse. E, desde então, nós não conseguimos superar o impasse. Ano perdido, ano perdido.

Com a confiança dos meus colegas Vereadores – e não importa se alguns não votaram, ou se houve um bloco de oposição –, a partir do momento da eleição do Presidente e da Mesa, eu serei o Presidente de todos os Srs. Vereadores. Eu quero buscar fazer todo esforço que estiver ao meu alcance para bem representar não só aqueles que me elegeram, não só aqueles que concordam comigo, sabendo que muitos não concordam e podem até não gostar de mim, mas o esforço que eu devo fazer é para bem representar os 36 Vereadores e cada um dos cidadãos de Porto Alegre.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pelo trabalho que fez, também os demais Vereadores, e dizer que eu tenho uma determinação firme, como nós já fizemos em ocasiões passadas: a de criar um grupo de trabalho na Câmara imediatamente, se for necessário, a partir do dia 4, se o Governo não o fizer, para nós

abrirmos o canal de interlocução e discutirmos, uma a uma, todas essas questões que estão no PLCE nº 011 e que afetam a vida dos servidores. Eu não deixo de reconhecer – e nunca me faltou coragem para isso, se for o caso, até para enfrentar as galerias – que podem existir verdades distintas. Eu não deixo de reconhecer que existem as verdades dos servidores, que fizeram concurso, que se programaram, que têm a sua vida, que têm as suas conquistas, que querem ter as suas garantias e que não querem ter perdas. Isso é verdade. Eu não deixo de reconhecer que, por outro lado, há uma verdade que o Governo também sustenta de que o crescimento vegetativo da folha está se tornando insuportável para as finanças. Eu não sei se isso é verdade ou não, e nós vamos ter que...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Pois é. Uns dizem que é mentira, do lado de cá; outros dizem que mentira, do lado de lá, e eu acho que vai ser dever nosso, junto com vocês, tirar a teima dessa questão, esclarecer, abrir as entranhas desse processo, para que se tenha certeza e segurança: afinal de contas, é 51% que está sendo comprometido com a folha, ou não? Afinal de contas, tem crescimento vegetativo insuportável às finanças públicas, ou não? Afinal de contas, qual é o critério que vai se usar para mexer na gratificação, porque a RDE, graças ao trabalho que os senhores e que nós fizemos, esta nós já afastamos, gente, esta não está mais em discussão. A RDE não voltou sequer aqui na Mensagem Retificativa. Agora, nós temos que discutir essas outras questões, que eu esperava, Sr. Presidente, que fossem discutidas com o devido tempo, não no apagar das luzes do ano de 2017. Ninguém, à exceção de alguns, que é tarefa desses, têm uma predisposição imediata de fazer oposição ao Governo. Alguns têm essa tarefa política, mas a grande maioria – eu diria que, talvez, 29 ou 30 Vereadores – não tem essa disposição, tem a disposição de contribuir e de achar o ponto de equilíbrio. Eu acho que é esse ponto de equilíbrio que nós temos que fazer.

Eu não gostaria – para não dizer que não falei da Pauta, Sr. Presidente – de chegar no final do ano de 2019 e estar discutindo como vamos pagar o 13º salário dos servidores. Eu gostaria de chegar no ano de 2019 e ter a Cidade limpa, asseada, a capina feita e os servidores satisfeitos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós, discutindo Pauta, em tese, na última semana dos trabalhos legislativos, uma Pauta que interfere na vida dos servidores e também dos serviços que são prestados por eles em favor da Cidade. Agora fomos informados da chegada de uma Mensagem Retificativa ao PLE nº 026/17 que garante – isso também é resultado de um diálogo, os servidores têm um papel nisso e os Vereadores que se envolveram no tema também –

que o Município pode arcar com os custos operacionais, garantindo que os servidores recebam os seus vencimentos do 13º. Isso é importante, isso é importante! Eu faço coro ao que disse o nosso colega Ver. Valter Nagelstein: que o mantra da transparência, tantas vezes repetido pelo Prefeito Marchezan, especialmente durante a campanha eleitoral, em 2018, venha à tona. Nós temos que saber, efetivamente, se a Prefeitura está no limite prudencial dos gastos com pessoal, porque o Prefeito diz uma coisa, a sua base de apoio diz o mesmo que o Prefeito, mas o Tribunal de Contas nos informa outro percentual. Nós temos que colocar essa informação às claras, e essa transparência sobre os gastos, se estão ou não acima, ou chegando ao limite prudencial, não é apenas para esclarecer o que chamam de “privilégio dos servidores”, mas também é para esclarecer a população, porque o Prefeito que foi eleito apresentando com facilidade – e diria que, também, com irresponsabilidade – algumas soluções para a Cidade hoje deixa, por exemplo, a periferia sem espaços públicos para as pessoas utilizarem, com mato da altura das crianças, que não podem usar. O Prefeito que se dizia incentivador do empreendedorismo para impulsionar a economia local, para gerar mais receita para o Município é o mesmo Prefeito que, em 2017, foi incapaz de mandar um projeto para esta Casa criando uma estrutura, nem que fosse temporária, para acelerar o licenciamento de atividades econômicas em Porto Alegre. Não fez isso, pelo contrário, deixou essa atividade com uma maior letargia do que já vinha ocorrendo. Por quê? Porque não se resolveu o impasse. Nós passamos Sessões, meses com as galerias cheias, com as pessoas angustiadas, com os servidores incertos e com a população não usufruindo os serviços a que tem direito, porque paga impostos e, por isso, tem razão de sobra para cobrar da Prefeitura. O impasse, para que nós possamos superá-los, é de forma unânime. Agora, por exemplo, no projeto que está em pauta, temos que aprovar que se pague, na emergência e dessa forma que está colocado, o 13º, para que os servidores encerrem o ano de forma adequada.

No que diz respeito ao projeto dos regimes, veio uma Mensagem Retificativa. Bom, alguns podem interpretar de uma forma, eu interpretei de maneira diferente, que se esqueceu a RDE. Não é bem assim! Tem alguns dispositivos que precisam ser mais bem discutidos e avaliados, porque, nas palavras ali colocadas, remetem a medidas e regulamentações posteriores. Eu, como Vereador, que votarei esse projeto, tenho dúvidas e quero aprofundar essa discussão com os mais de sete mil eleitores que me colocaram aqui.

Segundo, para encerrar. Acho que superar impasses, Ver. Bosco, é também qualificar a relação institucional da Cidade. Aí não se limita à relação do Executivo com a Câmara, a relação institucional também é com o cidadão. O número 156, que é o canal de serviços da Prefeitura, só deste Governo tem 23 mil demandas represadas que sequer foram retornadas ao cidadão que solicitou uma capina, um recolhimento do lixo, ou uma demanda que seria do DEP. Como o DEP foi extinto, as suas competências ficaram num limbo, e ninguém sabe o que fazer, nem quem vai fazer. Tudo isso está lá nessas quase 23 mil demandas represadas. Isso é qualificar a relação institucional da Cidade, é também olhar no olho do cidadão e dizer: “Bom, não é o servidor o culpado por não termos cortado a grama das praças, por não fazermos a capina, por os garis estarem

reivindicando a gratificação natalina sem receber. Não é culpa do servidor público”. Tem dificuldades financeiras, mas governar é eleger prioridades. Os serviços essenciais, a conservação, a limpeza, o asseio, a saúde pública são prioridades que o Prefeito não está sabendo escolher. O Prefeito quer a imersão na discórdia, no conflito, mas precisa antes governar Porto Alegre, porque o Paço Municipal está acéfalo, e nós vemos isso nas ruas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, servidores e servidoras do Município, cidadãos e cidadãs que nos acompanham em mais uma tarde; este foi o ano em que um maior número de pessoas frequentou esta Câmara Municipal e pôde ter um aprendizado de política real, da política real, da política que não se deve fazer e daquela que se deve fazer. Eu quero fazer uma saudação – estamos na última semana do ano, talvez daqui a dois dias encerremos os trabalhos legislativos, se não houver convocação para Sessão Extraordinária – aos partidos de oposição identificados com o PSOL e o PT, a vários Vereadores que se mostraram independentes, do PDT, enfim, não vou nominar todos, quero parabenizar esses Vereadores que mantiveram a sua independência e têm votado com a sua independência e convicção, isso faz a sua representação mais qualificada. O Ver. Valter subiu aqui, será o futuro Presidente desta Câmara, e nós esperamos que, a partir do ano que vem – é uma esperança com pouca possibilidade de acontecer –, o Marchezan respeite a Câmara, respeite o trabalho dos servidores e das servidoras do Município. Que nós tenhamos uma outra relação em 2018, porque dá para se dizer que 2017 foi um ano perdido. Ninguém ganhou, pois o Prefeito resolveu não dialogar e administrar uma cidade com extrema arrogância. Começou mal a gestão e parece que o Prefeito quer terminar este ano de forma totalmente equivocada e com mais uma derrota.

Se vocês lembram o começo do ano e, por isso, estamos tratando da questão do 13º salário. No começo do ano, a polêmica foi que Marchezan não concordava com a antecipação do IPTU; agora está propondo a antecipação do IPTU. Era impossível entender como um Prefeito, no começo do ano de 2017, colocava como déficit recursos que eram de pagamentos dos anos de 2019 e 2020, e não incluía nas receitas a antecipação do IPTU, que está acontecendo neste momento. Então, vejam: colocava as despesas de anos posteriores, que virão, serão dívidas do Município que serão pagas o ano que vem, ou 2019, ou 2020, colocava isso como déficit, e não colocava as receitas que entrariam este ano, como é o caso da antecipação do IPTU. Nós devemos votar em seguida, pelo menos, há um acordo no plenário, um projeto para que nós consigamos garantir que os servidores tenham o seu 13º salário pago, mesmo que seja através de empréstimo, através de bancos. Não é uma situação confortável para nós, porque nós temos um Prefeito que, até agora, não explicou e não explica nem para o Tribunal de

Contas quanto recurso tem em caixa. Nós sabemos das divergências, inclusive técnicos da Fazenda trazem a informação de que há recursos em caixa e recursos que estão entrando neste momento através da antecipação do IPTU e do IPVA, que também é destinado aos Municípios. Na semana passada, quando soubemos que, mais uma vez, o Prefeito colocava em votação o PLCE nº 011/17, a pergunta que nos faziam não tinha explicação. A única explicação possível para essa atitude do Prefeito, que quebra um acordo entabulado durante a greve, que foi o que justificou a suspensão da greve por parte dos servidores, é ser uma estratégia de colocar a culpa na Câmara Municipal pela sua forma desastrosa de governar a Cidade, e colocar a culpa nos servidores e no serviço público. Eu espero que, com mais essa derrota que o Prefeito terá, talvez ainda hoje, ou ainda nesta semana, se se colocar em votação na quarta-feira a renovação de votação, ele consiga aprender a lição de que uma cidade se governa dialogando. A gente sabe dos problemas da Cidade, mas o diálogo se faz governando com transparência e com a parceria da Câmara e dos servidores, que são aqueles que efetivam os direitos através das políticas públicas. Parabéns a todos, vamos votar em seguida, pois abriremos uma nova Sessão, a questão do carnaval e a questão do 13º salário. Parabéns pela mobilização, é isso que garante as vitórias nesta Casa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu fico escutando as intervenções. Eu escutei a definição, ouvi o Sgarbossa comentar, o Valter, de que o ano foi perdido. Ver. Bosco, que também concorda, eu já estou um pouco pessimista com a política tal como ela é, tal como ela se apresenta, porque, na minha lógica, por incrível que pareça, o ano não foi perdido. Sabem por que não foi perdido? Porque nós temos um Governo que começou o seu mandato, o Governo Marchezan começou o seu mandato fazendo um esforço para quebrar uma das resistências mais importantes dos servidores públicos, que são os professores. O início do ano foi de ataque aos professores. E o Governo seguiu. O Governo esperava que, com a imposição do seu novo calendário, ele quebrasse os servidores e derrotasse os servidores. Mas nós estamos terminando com este plenário, com este auditório lotado de servidores, que, em um ano, ganharam muito mais consciência de que o único caminho que eles têm para defender o serviço público é a sua própria organização e a confiança deles neles mesmos. Então, nós não perdemos o ano. O Governo não conseguiu ainda aprovar os seus projetos. E eles não terem conseguido aprovar os seus projetos é uma vitória da categoria municipal.

Eu sei que tem uma aritmética do próprio plenário. Nessa aritmética, o Valter acha que nós, da oposição ou do PSOL, temos uma predisposição a fazer oposição, mas não se trata disso, a nossa lógica é outra. A nossa lógica é tratar de ver quais são os interesses majoritários do povo. Mas nós não somos os donos da verdade. Aqui neste plenário, se nós não tivéssemos um Bosco trabalhando, nós não teríamos

conseguido derrotar o Governo. Se o Janta não tivesse atuado como atuou, tampouco. Tem o Thiago e um outro Vereador muito importante, que eu acho que vale muito a pena lembrar, além do Carús, da bancada do PMDB, que tem trabalhado muito, que é o Ver. Cassiá. O Ver. Cassiá é um numa bancada de quatro, e ele não hesitou um instante sequer em estar do lado certo! Nós não temos a ideia de só fazer oposição, nós queremos buscar aliados na Câmara de Vereadores, para que a Câmara tenha essa utilidade.

Nós temos uma leitura do Governo Marchezan. O Governo Marchezan é um governo que tem como linha derrotar os servidores, essa é a estratégia do Governo, é uma estratégia consciente. Ele quer sucatear o serviço público. Por isso o Marchezan terminou de liquidar o DEP e, se depender dele, da política dele, da irresponsável gestão que ele fez à frente do DMAE, nós vamos ter mais falta d'água em Porto Alegre, de tal forma que fortaleça na população a ideia de que a estatal não funciona e que tem que privatizar. Essa é a lógica do Governo! Esse Governo não merece o nosso voto de confiança. Se há necessidade de sacrifício, se há necessidade de ajuste fiscal, o que o Governo precisa demonstrar, não é possível o Governo exigir sacrifício dos servidores, e os seus cargos de confiança, os seus Secretários receberem altos salários, e sem atraso! Se o Governo quer convencer a Cidade de que quer trabalhar pelo bem comum, ele tem que dar o exemplo. Não pode exigir sacrifício dos outros e fazer um governo que reproduz a mesma lógica de manter os privilégios que o Governo Marchezan mantém. E mais grave ainda, Presidente Cassio: o Prefeito Marchezan quer fortalecer – e isso o Moisés não fala; o Moisés, como Líder do Governo, não fala nada disso! Eu tenho dito desde o início do mandato: o Governo Marchezan quer fortalecer politicamente, no País e na cidade de Porto Alegre, um grupo político que tem posições cada vez mais à direita, sustentado pela extrema-direita norte-americana! Essa é uma denúncia que nós fazemos, e o Marchezan está, sim, sustentando o MBL. Então, não é um Governo que queira dialogar. Por isso que o Governo, felizmente, perdeu muitos Vereadores na Câmara, e eu espero que perca mais, e é preciso pressionar para que perca mais! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Presidente Cassio Trogildo, Vereadores; eu queria aproveitar este tempo de Liderança para agradecer à Comandante Nádia, ao Ver. André Carús, o Ver. Mendes Ribeiro está em Brasília, infelizmente; o Ver. Cecchim estava aqui, nos deixou, tinha outro compromisso, mas eu agradeço à bancada do PMDB a cessão do tempo de Liderança. Eu queria falar outra coisa. Eu queria fazer uma reflexão sobre esse um ano que passou, o que aconteceu ou deixou de acontecer para além da questão dos servidores públicos.

No ano passado, veio para cá o projeto de lei de reforma do Governo, e nós demos todos aqui, pelo menos, a grande maioria, uma carta branca para o Governo, que foi aquilo que nós compreendíamos que era direito do Governo de montar a sua estrutura governamental. Existiam 37 secretarias, e nós sabemos que isso é demais. Eu mesmo tinha sido Secretário, mas fazia uma crítica, dentro do Governo, à criação da SMPEO, à diferença das gratificações da PGM com a Fazenda, com a SMPEO, para as outras áreas, achava que isso tudo precisava ser corrigido, que não era possível 37 secretarias, e o Governo tinha mandado para cá um projeto de reduzir isso para 15, ou 13 secretarias. Eu propus uma emenda, Presidente, que a Secretaria de Sustentabilidade fosse de Urbanismo e Sustentabilidade, porque é a visão que eu tenho de cidade. Cidade tem que ter planejamento urbano, tem que ser cidade para pessoas, e se destruiu em Porto Alegre a questão do planejamento urbano. Tem uma outra questão sobre a qual, ideologicamente, eu sempre me bati com uma parcela dos servidores, e tenho, nesse aspecto, uma divergência muito respeitosa com o Robaina, eu tenho uma posição liberal-conservadora. Eu acho que o Estado tem o papel de emulador da economia e tem que ser facilitador do processo, para que a iniciativa privada se desenvolva, e dela a gente retire impostos para fazer melhores políticas sociais. Se eu quero ter um bom posto de saúde, mas eu tenho uma economia privada fraca, eu não tenho de onde tirar imposto nem para pagar o salário do funcionalismo, nem para fazer a manutenção da rua, nem para nada. Nesse aspecto, eu sempre defendi que o Estado tem que fazer esse papel de destravar a economia, e o servidor público é parte desse processo, é uma engrenagem fundamental, porque, quando ele senta em cima de um processo, ou ele tem uma visão rançosa do desenvolvimento econômico, a coisa não anda. Mas o fato é que se passou um ano, e, além desses problemas com os servidores que a gente está vendo, estamos vendo que a reforma administrativa não funcionou. Nós temos que pensar, para 2018, também rodar o PDCA. O que é rodar o PDCA? É alguma coisa de um programa de qualidade que a gente faz. A gente propõe uma mudança, faz a mudança e, depois, a gente checa, para ver se essa mudança está funcionando. A mudança claramente não funcionou. Por exemplo, pegaram o DEMHAB e colocaram na ação social. O DEMHAB, embora seja habitação popular, e habitação, em tese, possa parecer uma ação social, tem a ver com planejamento urbano e deveria ser autossustentável. A gente não precisa ficar contando só com recursos da Caixa Econômica Federal para fazer o “Minha Casa, Minha Vida”. A gente tinha que pegar o recurso da construção civil que é gerado na própria Cidade, vender o solo criado, destinar isso para a habitação popular, evitar a gentrificação e planejar a Cidade. Mas pegaram o DEMHAB e colocaram lá numa secretaria que nem de morador de rua cuida! A gente passa na Av. Ipiranga e vê que piorou dez vezes a questão dos moradores de rua. A gente vai a qualquer praça que a gente revitaliza e vê que piorou dez vezes a questão dos moradores de rua. Para isso tudo é preciso que a gente dinamize a Cidade, meus caros Vereadores, e dinamizar não é cortar, aí sim seria mais valia, e, nesse aspecto, eu teria que concordar com a esquerda, fazer superávit em cima do salário do trabalhador. Não! Tem que fazer superávit em cima do ganho de produtividade que a Prefeitura possa ter atraindo empreendimento para cá. Aí eu quero dizer que vocês são parte disso. Vocês sabem em

quantos dias Canoas, que era administrada pelo PT, pelo Jairo Jorge, licenciou o ParkShopping lá? Em 58 dias, desde o momento em que entrou no guichê da Prefeitura até quando saiu. Pergunto a vocês: quanto tempo as questões ficam tramitando dentro da Prefeitura de Porto Alegre? Passa pelo DEP, passa pelo DMAE, passa pelas comissões, passa pela SMURB, passa pela SMAMS, passa pelo Epahc, passa pela PGM, passa pela Fazenda, e não se resolve, e ninguém toma decisão, e ninguém assume o compromisso com o tempo, e as coisas vão indo, indo e indo, e a Cidade está do jeito que está, crescendo como cola de cavalo.

Eu quero, neste final do ano de 2017, ano perdido, como a gente já concordou aqui, isso está para além de qualquer divergência nossa, dizer que a agenda de 2018 tem que ser positiva. Nós precisamos fazer as mudanças. Eu acho que a Cidade tem que voltar a ter uma estrutura de urbanismo. O Rio de Janeiro fez o Porto Maravilha; Minas Gerais está fazendo operações urbanas consorciadas; São Paulo fez a ponte estaiada, Porto Alegre não tem estrutura para fazer uma revitalização urbana. Precisamos fazer revitalização urbana, precisamos ter dinheiro para investir em posto de saúde, em escola. Por falar em escola, precisamos ter um jeito de ter escola de turno integral. Essas questões têm que estar todas, obviamente, dentro de uma agenda positiva da Cidade, e nós não estamos tendo. Fica um desafio para o Simpa aqui: para além de questões que sei que para vocês são importantes, que são as questões do trabalhador, do servidor público... Eu já disse no passado e vou dizer agora que, para mim, o servidor não é o problema, ele é parte da solução, na minha visão de mundo, que não é de esquerda, mas que também não é neoliberal, como diz um pessoal aqui, que quer desmanchar o estado, não, eu acho que o estado tem esse papel fundamental. Eu imagino que o servidor tenha que ressetar a sua cabeça, e nós precisamos transformar Porto Alegre numa cidade empreendedora, numa cidade desenvolvida, numa cidade em que um operário da SMOV, quando vai para a rua fazer um conserto, ele faça um conserto que dê orgulho para ele e que dê orgulho para a Cidade; que um professor, quando vai para uma sala de aula, dê uma aula que ele saiba que está formando um cidadão porto-alegrense que vai projetar Porto Alegre entre as melhores cidades do Brasil; que um enfermeiro, quando vai para um posto de saúde, ele saiba que ele está indo dar dignidade para um cidadão da nossa Cidade, e tudo isso passa por vocês. Nós precisamos – é este o pleito que fica – rodar o PDCA, ver o que é que deu errado na reforma administrativa, e muita coisa deu errado. A reforma administrativa foi uma das coisas que não funcionou completamente. A Secretaria da Ação Social precisa ser corrigida, a Secretaria do Meio Ambiente precisa ter um outro viés de urbanismo, nós precisamos tirar muitas coisas que estão lá na PGM e que não devem estar, embora eu reconheça na PGM, o meu pai foi Procurador-Geral, um grande papel. Nós temos que desburocratizar a Cidade, destravar a Cidade. Eu já disse para vocês: as correias saem do couro. Então, o servidor é parte deste processo. Vocês é que vão ajudar a que a Cidade se destrave, desde que a gente consiga construir este consenso e tenha esta visão de que Porto Alegre precisa avançar, ir para frente. Nós estamos perdendo, a cada ano Porto Alegre perde para as outras capitais. Vocês estão conformados com isso? (Pausa.)

Não? Nenhum de nós está conformado com isso! Agora, só nós juntos é que vamos fazer a mudança que a cidade precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os Líderes se aproximem da Mesa. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h43min): Estão reabertos os trabalhos. Conforme deliberação da reunião de Líderes, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h44min.)

* * * * *